

As falas das Elhas, Valverde e S. Martinho (Cáceres): origem galega ou portuguesa? (Apontamentos críticos à tese histórica da repovoação galega)

Eduardo Sanches Maragoto
Coautor do filme Entre Línguas
EOI Santiago de Compostela

Síntese: Na fronteira portuguesa da Extremadura espanhola, no extremo norte-ocidental da Serra de Gata, três concelhos mantêm um antigo dialeto galego-português, cuja origem exclusivamente galaica (nom lusitana) tem sido defendida nas últimas décadas por alguns filólogos galegos. Este artigo parte da tese contrária, vinculando a história lingüística deste enclave chamado Xalma à de outras regiões fronteiriças que conservam falares portugueses e rebatendo os alicerces teóricos da “tese repovoadora galega”.

Abstract: At the portuguese border of the Spanish Extremadura, in the far Northwest of Serra de Gata, three town councils keep alive an old Galician-Portuguese dialect, whose exclusively Galician origin (against the Lusitanian one) has been defended over the last few decades by some Galician philologists. In this article, we assume the opposite view, connecting the linguistic history of this enclave called Xalma to the history of another border regions which preserve Portuguese languages, and refuting the theoretical foundations of the "Galician resettlers view".

Palavras chave: enclave lingüístico, fronteira, galego-português, origem, repovoação, Xalma, Filologia galega

Keywords: linguistic enclave, border, Galician-Portuguese, origin, resettlement, Xalma, Galician Philology.

0. INTRODUÇÃO

Ao longo da raia luso-espanhola, sem contacto territorial com o galego moderno, existem cinco enclaves fronteiriços que possuem soberania espanhola e conservam antigos dialetos galego-portugueses: *Olivença*, grande parte da *regiom de Alcântara* e a *regiom de Xalma*, na Extremadura; *Almedilha*, na província de Salamanca, e *Calabor*, em Samora.

O mais moderno de todos eles, Olivença, pertence a Espanha desde 1801, sem se ter apagado ainda completamente o conflito com Portugal em relação à soberania do enclave. As informações quanto à datação do ponto de partida dos fenómenos lingüísticos nos outros casos são mais imprecisas, mas é consensual que têm origem portuguesa na *regiom estremenha de Alcântara* –Ferreira de Alcântara, Casalinho e faixa fronteiriça de Alcântara e Codosseira– e na localidade salmantina de Almedilha. Em relação à aldeia samorana de Calabor, não existem dados nem bibliografia sobre o assunto, mas não parece que a história desta pequena terra –pertencente ao concelho de

Pedralba de la Pradería– poda desvincular-se de outras aldeias próximas como Teixeira e Ermesende –do concelho de Ermesende (oficial Hermisende)–, pertencentes a Portugal até 1640. O dialeto do último território, no extremo norte-ocidental da estremenha serra de Gata, conhecido por região de Xalma, foi agrupado tradicionalmente com os falares fronteiriços portugueses. Porém, a partir de 1990, alguns filólogos galegos, nomeadamente Xosé Henrique Costas González (1992a, 1992b, 1999, 2000a, 2000b, 2004), Francisco Fernández Rei (2000) e Francisco Xavier Frías Conde (1997) defendêrom a hipótese –formulada por Cintra (1959) trinta anos antes– de ser produto de umha repovoação galega no século XIII. Na nossa opinião, esta teoria nom tem fundamento de um ponto de vista histórico, como tentaremos mostrar ao longo destas páginas¹.

1. A TESE DA «GALEGUIDADE» DOS FALARES DE XALMA

Com o descubrimento para a Filologia galega do dialeto galego-português do extremo norte-ocidental da Estremadura em 1990, começava também a escrever-se umha profusa bibliografía cuja pretensom, na minha opinião, ia mais longe da que foi comunicada publicamente. Assim, nom se tratava apenas de demonstrar a origem galaica daqueles falares; também se desejava provar a sua «nom portuguesidade». Na Galiza, a opinião generalizou-se depressa, descartando-se qualquer outra hipótese, por mais maioritária que fosse na Romanística até entom. Chegou-se a afirmar: «Hai outras visións da orixe da “fala”, aínda que hoxe non son válidas por estar máis que demostrada a orixe galega da mesma»².

Antes de mais, é preciso salientar que o tradicional agrupamento destes falares estremenhos com o conjunto de falas fronteiriças portuguesas deixava numha posição incómoda os defensores do galego como língua independente do português. Como se poderia justificar, senom recorrendo à origem galaica das mesmas, que o português em contacto com o castelhano da Estremadura sofresse umha evolução global tam semelhante à do galego?

Nos meios de comunicação, talvez com inocência calculada, alguns autores galegos tentárom limitar o debate público sobre este caso ao confronto com as institucións estremenhas³, como se estas tivessem negado a galego-portuguesidade do dialeto, algo que nunca aconteceu, obscurecendo assim que a verdadeira problemática da «descoberta» tinha mais a ver com outra questom igualmente política: a (des)vinculação deste dialeto com a língua do outro lado da raia: o português.

Quando se começa a falar de «galego» de Cáceres?

O conhecimento do dialeto falado na região de Xalma –noroeste da Estremadura–, que costuma ser parcelado em três subdialetos, um por cada vila em que

¹ Com ligeiras modificações, este trabalho é resultado da minha participação num debate realizado no congresso "Ciencia, llingua y fronteras", em outubro de 2010, na facultade de Filologia de Oviedo, tendo sido publicado em formato CD-rom num livro coletivo que recolhe outras comunicações apresentadas no mesmo (Andrés Díaz, Ramón de (coord.): *Lengua, ciencia y fronteras*, Uviéu, Ediciones Trabe / Universidá d'Uviéu [Anexos de *Revista de Filoloxía Asturiana*, II], 2011. [483 págs.].)

² Veja-se aqui: http://usuarios.multimania.es/aureano/galego_caceres.htm. O artigo nom se encontra assinado neste site. Porém, parece claro tratar-se de um resumo de outro texto de Xosé Henrique Costas recuperado desta página web: <http://vello.vieiros.com/galegoexterior/costas.html>.

³ Explicado por J. L. Martín Galindo, pode ler-se em: “Estrategia del nacionalismo gallego en el Val de Xálima (Extremadura)” (<http://arquitecturadelpueblo.blogspot.com/2010/04/estrategia-del-nacionalismo-gallego-en.html>).

é utilizado –Sam Martinho de Trelvelho, Elhas e Valverde– despertou umha grande curiosidade em muitos representantes da Filologia espanhola –Fritz Krüger (1925), Oskar Fink (1929), Federico de Onís (1930), Rafael Lapesa Melgar (1942), Ramón Menéndez Pidal (1960), Alonso Zamora Vicente (1960)– e da portuguesa –Leite de Vasconcelos (1927 e 1933), Lindley Cintra (1959), Clarinda de Azevedo Maia (1977)–. Em geral, até Lindley Cintra, que lhes atribuiu origem galega, a unanimidade em relação à génese portuguesa dos mesmos sempre foi notável, destacando neste sentido os primeiros estudos de Leite de Vasconcelos.

O assunto começou a transpor os limites da pacífica discussom lingüística em 1990, quando um camionista valverdeiro foi entrevistado num programa da Televisión de Galicia dirigido polo conhecido artista Antón Reixa, descobrindo para a Filologia galega que estes falares estremenhos guardavam enorme parecido com os atualmente falados na Galiza. Despertou-se assim um grande interesse na «fala», com jornadas, viagens de estudo, artigos e livros promovidos nomeadamente por lingüistas vinculados às teses do Instituto da Língua Galega⁴, principiando a divulgar-se entre nós a ideia de estes falares serem resultado de umha repovoaçom –nom documentada⁵– de galegos no início do século XIII.

A versom «divulgativa», a «extensa» e as lacunas de ambas

A «versom divulgativa» da tese oferecida aos galegos, espalhada rapidamente através dos meios de comunicaçom, foi simples: na Estremadura fala-se galego porque essa zona foi repovoada com galegos polo rei Afonso VIII⁶. Porém, e visto que assim enunciada é mui difícil de rebater, umha vez que nos movemos no terreno da pura especulaçom, neste trabalho pretendo penetrar na explicaçom «extensa» que os mesmos «divulgadores» ofereçom em publicaçoms especializadas.

Ela consiste em afirmar que toda a atual regiom portuguesa do Riba-Coa –ou de Ribacoa– e do concelho do Sabugal e ainda umha extensa área espanhola atualmente abrangida polas províncias de Salamanca e Cáceres, fôrom *repovoadas por ordens militares ligadas ao reino de Leom* com colonos galegos depois de séculos de total *ermamento* –despovoaçom–. Posteriormente, desde o tratado de Alcanizes –assinado por D. Dinis de Portugal e Fernando IV de Leom e Castela em 1297– teria-se

⁴ Estas teses, conhecidas por *autonomistas* ou *isolacionistas*, afirmam a independência do galego em relação à língua portuguesa.

⁵ No volume *Fala e Cultura d'os Tres Lugaris*, da autoria da Asociación Cultural Alén do Val (2004), ente formado por alunos de Xosé Henrique Costas, que por sua vez atuou como coordenador do trabalho de investigaçom e redator da parte lingüística, reconhece-se: «[...] a pesar de non terse atopado ata o de agora umha documentaçom que permita constatar a procedencia da xente que se asentou nese val do noroeste de Cáceres, cremos que a súa cultura e a súa fala son indicios suficientes para dicir que a base principal é o galego antigo ou galego-português con outras influencias, tal e como apuntamos no texto citado de Juan M. Carrasco.» Alén do Val (2004: 38). Porém, esta ressalva nom é mencionada noutros artigos, trabalhos e declaraçoms deste e de outros autores galegos sobre o assunto, nos quais a existência de repovoadores galegos –mesmo de umha zona concreta– é apresentada como demonstrada.

Polo contrário, segundo o historiador português Orlando Ribeiro (1987: 58), pode constatar-se a chegada, durante o século XIII, de portugueses do Minho para Sortelha, localidade na raia da Beira Baixa próxima da regiom de Xalma.

⁶ Trata-se do rei conhecido por Afonso IX na historiografia espanhola. Seguindo umha cronologia galaico-leonesa, especialmente interessante para a correta compreensom da temática tratada neste artigo, nom fai sentido considerar conjuntamente os reis galaico-leoneses e os castelhanos, absurdo que nos levaria a admitir que Afonso VIII e Afonso IX reinárom 26 anos ao mesmo tempo. A confusom desfai-se renomeando o monarca conhecido por Afonso VIII como Afonso I de Castela e o tradicional Afonso IX como Afonso VIII da Galiza e Leom.

reconhecido a parte dessa zona –Riba-Coa e Sabugal– a pertença a Portugal, permanecendo testemunho daquela repovoação na língua de só duas das zonas que ficárom vinculadas ao reino de Leom: a região de Xalma e a localidade de *Almedilha* – ainda que esta última povoação seja esquecida por motivos que a seguir explicaremos⁷–. A razão pela qual só nestas localidades se conservaria aquele antigo dialeto teria a ver com as condições de extremo *isolamento* que padecêrom posteriormente.

Os alicerces desta explicação fôrom encontrados em Lindley Cintra – posteriormente matizado por Clarinda de Azevedo Maia⁸–, que em 1959 tinha sugerido essa tese para reforçar a sua «apertada»⁹ opinião de que o redator dos foros [de fundação] de Castelo Rodrigo –cidade hoje portuguesa do Riba-Coa mas leonesa (como a região de Xalma) quando os foros fôrom escritos– tinha origem galega. O motivo pelo qual Cintra (1959: 508-528) chegou a essa conclusão foi porque supujo que, estando os foros escritos num híbrido luso-leonês –os textos com diferentes graus de hibridação, luso-leoneses, galaico-leoneses¹⁰ e mesmo luso-castelhanos, abundárom,

⁷ Também o dialeto de Ferreira de Alcântara –oficial *Herrera de Alcántara*– pode ter origem na Idade Média, hipótese posta pela principal investigadora da língua desta localidade, Maria da Conceição Vilhena: «Por el Tratado de Alcañices, en 1297, D. Dinis cedió al rey de Castilla, entre otras, la fortaleza de Ferreira. ¿Se trata de Herrera? Si es así, creo que podemos atrasar su fundación, como hipótesis, hasta el siglo XIII. [...] Al ceder D. Dinis dicha fortaleza a Castilla, ¿habrá continuado allí residiendo la población portuguesa? ¿O, por el contrario, se habrá fijado allí parte del ejército de Shomberg en 1667? El hecho de que Shomberg diga *Ferreira* es significativo.» Vilhena (2000). A meu ver, a tam repetida afirmação de o português de Ferreira ser do século XVI é discutível, e a sua ligação à Xalma ou Almedilha, tanto histórica como lingüística, deveriam ser tidas em conta em futuros trabalhos sobre estes dialetos. De qualquer modo, nom a incluímos neste parágrafo, ao lado da comarca de Xalma e Almedilha, porque tampouco é tida em conta polos defensores da «galegidade» de Xalma.

Por outro lado, sem concordar nem discordar da opinião que se generalizou neste tipo de trabalhos quanto à origem do Casalinho, vila próxima de Ferreira de Alcântara conhecida oficialmente por Cedillo, acho conveniente assinalar que a fundação por pescadores no século XVIII pode assentar numha lenda popular que conviria confirmar.

⁸ Sem discutir a tese final de Lindley Cintra, Maia (1977) pom em questom algumha das bases da teoria do seu antecessor português no estudo destes falares, sobretudo no que di respeito ao absoluto despovoamento da zona antes de ser conquistada polo reino de Leom. A filóloga chama a atençom para a possível posse portuguesa da zona entre 1130 e 1169, destacando que polo menos antes de 1157 –reinado de Fernando II de Leom– nom pudo ter havido posse leonesa. Também salienta que o mosteiro de Santa Maria de Aguiar –que deu origem à Ordem de São Gião do Pereiro, convertida depois na Ordem de Alcântara, responsável pola repovoação de parte da região de Xalma, segundo os filólogos galegos já referidos– foi de fundação portuguesa e recebeu terras do primeiro rei luso Afonso Henriques. Ainda, Maia salienta o facto de no Tratado de Alcañices se reconhecer o direito de Portugal sobre o concelho do Sabugal –evidentemente por lhe ter pertencido anteriormente–, limítrofe com os concelhos de Xalma e de soberania leonesa na altura das alegadas repovações. A lingüista duvida do extremo *ermamento* da área proposto por Cintra e recuperado agora para a Filologia galega: «Não sabemos até que ponto estava povoada ou despovoada a futura região de Riba-Coa» (pág. 18), acrescentando: «Não há dúvidas de que nunca houve um total ermamento da região, dado que a população agrária ficou presa ao solo, mesmo durante o domínio árabe.» (pág. 20). Estes factos apontam numha linha divergente à «tese galega», umha vez que provariam a posse portuguesa daquela região, que, longe de estar despovoada, poderia estar já habitada por súbditos portugueses na altura das supostas repovações galaico-leonesas.

⁹ Menéndez Pidal (1960: 50-52) definiu os argumentos de Cintra em relação a este assunto como «apertados».

¹⁰ O fenómeno da hibridação lingüística no século XIII descrito por Cintra (1959) para os foros de Castelo Rodrigo nom deve ser sugerido como insólito ou limitado à região do Riba Coa. A tendência a considerar separadamente os textos estudados está na base de conclusons igualmente isoladas em relação ao contexto cultural em que se gerárom os primeiros textos romances. Neste sentido, sem chegar a questionar a tese da colonização galega formulada polo filólogo português, Mariño (1999: 165) chama a atençom para o seguinte: “Na súa sección de conclusións Cintra (1959: 503) comeza apuntando que

nom apenas nessa altura, em toda a zona e nom só nela¹¹–, poderia haver um escrivão galego, ou de origem colonial galega, atrás de certas formas lingüísticas dos mesmos. Colocou entom a possibilidade de o redator dos foros estar a escrever na sua língua materna –com leonesismos–, isto é, na língua materna dos habitantes daquela região, que estaria praticamente, senom totalmente, despovoada antes da chegada dos colonos galaicos trazidos por Afonso VIII.

A suposiçom de Cintra, porém, foi perdendo consistência à medida que novos estudos sobre a região e o fenómeno fôrom publicados. No entanto, estas novas achegas som constantemente contornadas polos filólogos que continuam a divulgar a tese da «galeguidade» de Xalma. Ignora-se que a tese do *ermamento* –ou total abandono– daquelas terras antes da chegada dos colonos foi já por muitos descartada. Obvia-se que muitos estudos, algum deles publicado na Galiza¹², desmentem categoricamente o *isolamento* posterior da zona, e esquece-se a *posse portuguesa* de toda a região estudada antes de Fernando II –rei anterior a Afonso VIII–. Por outro lado, os referidos estudiosos galegos evitam tratar os dialetos em foco em confronto com o dialeto de *Almedilha*, algo essencial porque ninguém nega todos poderem compartilhar a mesma origem. Sobre estes quatro assuntos, e ainda sobre a *inconsistência dos argumentos lingüísticos* expostos para demonstrar a origem «galega» dos antepassados daqueles falantes, queremos debruçar-nos neste trabalho.

Do nosso ponto de vista, extremando a retórica, a galeguidade destas falas nom supera a galeguidade de qualquer outra variedade diatópica portuguesa, porque todas elas fôrom impostas ao sul polo norte, e ao leste polo oeste. As falas de Xalma som tam galaico-minhoto-durienses, portanto, como as transmontanas, as beiroas e até as alentejanas. Mas, apurando o nível de simplificação histórica que usárom os sustentadores da tese «galega», nom me cabem dúvidas que os falares deste cantinho da serra de Gata se desmembrárom do território que atualmente chamamos Portugal e nom podemos estar ante a obra dun copista galego que se esforza por escribir en leonés pero non é quen de impedi-lo acceso de certas características da súa lingua propia ó pergamiño. Recorda que non é este o único documento coñecido que presenta unha mestura semellante de trazos galego-portugueses e leoneses e para corroborar menciona o número CI da colección editada e estudiada por Staaf (1907). Nosoutros, pola nosa parte, poderíamos engadir algúns outros, tales coma as versións galego-leonesas do *Fuero Real*, das *Flores de Derecho*, ou do *Fuero Juzgo* [...]. E tal vez non sexa irrelevante para a conclusión a que se chegue o feito de Cintra ignorar estoutros documentos “mixtos” (ou, cando menos, o feito de non os citar e non os ter en conta), porque canto máis numerosos sexan os instrumentos medievais cunha lingua de carácter híbrido do tipo da que estamos describindo máis probabilidades haberá de estarmos ante os distintos efectos concretos dunha mesma causa primeira.” Da mesma obra e do mesmo autor destaco ainda o seguinte: “as falas galegas e leonesas poderían sen grandes dificultades reconcilia-las súas diferencias baixo unha esencial unidade derivada en última instancia dun pasado en boa parte común, compartido polo menos desde a configuración da Gallæcia romana e prolongado a través da instauración do reino suevo e da posterior monarquía galego-astur-leonesa. Nunha situación así non debería estrañar que en condicións políticas propicias se puidese camiñar cara á configuración e extensión dunha norma lingüística común ós reinos de Galicia e León a partir do momento en que os romances ibéricos comezaron a circular como linguas de uso oficial. Pois ben, creo que esas circunstancias propicias se deron precisamente na época en que tal cousa ocorreu ou cando menos nunha época tan inmediatamente anterior a ela que non puideron deixar de produci-los correspondentes efectos lingüísticos. Refirome á segunda metade do século XII e ó primeiro tercio do XIII e penso en dous monarcas que foron durante setenta e tres anos consecutivos reis de Galicia e León: Fernando II e Afonso IX [referido no presente artigo como Afonso VIII]” . Mariño (1999:160).

¹¹ Os traços gerais desta contextualização descrita na nota anterior serviriam para praticamente toda a Ibéria no século XIII. A imprecisom, muitíssimo mais acentuada que na atualidade, das fronteiras lingüísticas, tornava possível e freqüente, por parte dos copistas, o uso de diferentes modelos de escrita, amiúde alheios à sua variedade falada.

¹² Sartal (2007: 251-268)

do que hoje conhecemos por Comunidade Autónoma Galega.

A fronteira: puro acaso?

Antes de mais, a tese da colonização galega encontra um problema de difícil resolução: deve lidar com o facto de ser produto de umha enorme casualidade histórica: tratar-se de um dialeto fronteiriço cuja origem nom teria nada a ver com a fronteira.

Ilustração 1



Mapa dos falares fronteiriços portugueses conservados até a atualidade. Fonte: Documentário Entre Línguas.

Os dialetos fronteiriços som um fenómeno lingüístico comum em todo o mundo e raramente se podem desvincular do próprio fenómeno político da fronteira. Assim, como dixemos, só no caso da fronteira luso-espanhola –excluindo o caso da Galiza, que nos levaria a outros debates igualmente interessantes, mas diferentes–, existem, para além da região de Xalma, outros quatro territórios com dialetos de fronteira que o senso comum aconselha a tratar em conjunto¹³. Nom obstante, os filólogos partidários

¹³ Estamos a falar de Calabor –Samora–, Almedilha –Salamanca–, Olivença –Badajoz– e a extensa zona abrangida por grande parte da região de Alcântara e Codosseira –Cáceres e Badajoz–. Dentro da região de Alcântara existem, ainda, polo menos três dialetos portugueses fronteiriços com origens históricas diversas. Em Samora também temos o dialeto de génese portuguesa do concelho de Ermesinde –Hermesinde–, que excluimos deste trabalho por ter contacto territorial com zonas de fala galega dessa província, o qual poderia desvirtuar umha das conclusões a que queremos chegar neste trabalho: o português, em contacto com o espanhol, dá um resultado semelhante ao galego sem necessidade de estar em contacto com ele ou provir dele.

da origem repovoadora galega esqueceram-nos, até o ponto de continuar desconhecendo-os, porque, exceto no caso da região de Xalma, para a qual não havia documentação, nos outros casos a origem histórica portuguesa era mais evidente. Se os dialetos de Calabor, Almedilha ou Ferreira fossem estudados e confrontados com os de Xalma, as conclusões haviam de ser necessariamente outras¹⁴. Porque a origem portuguesa dos três primeiros não impediu que eles fossem evoluindo, como o de Xalma, da mesma maneira que o galego, até o ponto de ser muito difícil situar uma pessoa dessas localidades fora da Comunidade Autónoma Galega só através da fala. Isto é, não há nenhuma razão para afirmar que há dialetos fronteiriços galegos e dialetos fronteiriços portugueses. Ou são todos portugueses ou, se admitimos que o galego é o português falado no Estado espanhol, são todos «galegos». Esta última hipótese é a formulada pelo documentário *Entre Línguas*¹⁵, projetado no congresso «Ciencia, Lengua y Fronteras», através da exibição de materiais audiovisuais gravados ao longo de todos os territórios fronteiriços espanhóis de fala galego-portuguesa.

Não é nosso objetivo nestas páginas debruçar-se pormenorizadamente sobre a problemática estritamente lingüística, mas basta visitar todas as zonas fronteiriças espanholas com dialetos portugueses para aperceber-se de que, salva a distância cronológica entre os diferentes momentos em que se produziu o afastamento de cada um desses territórios da influência de Portugal, todos eles tiveram evoluções semelhantes que os aproximam enormemente entre si. De Calabor –ou Ermesinde– à Olivença, estes falares vão convergindo com o passar dos séculos com a sua língua teito, o espanhol, e vão aproximando-se também do galego, cujos falantes possuem essa mesma língua teito há muito mais tempo atrás. Talvez tanto tempo como a região de Xalma e talvez seja essa a razão pela qual nós, galegos, nos identificamos tanto com esta variedade estremenha. Da mesma maneira que quando ouvimos uma pessoa espanhola a falar português nos parece galego, também nos parece galego um dialeto português pronunciado «à espanhola», e muito mais se possui os castelhanismos certos, esses bordões que não costumam faltar em nenhuma variedade lingüística subordinada: *bueno, vale*, etc.

2. CRÍTICA DA EXPLICAÇÃO HISTÓRICA

Quando estamos a tratar o caso de um dialeto fronteiriço, o senso comum aconselha a relacionar a existência do mesmo com o fenómeno da fronteira e portanto com o Estado vizinho. Assim, à partida, parece lógico deixar de parte qualquer outra tese formulada em sentido contrário –neste caso a *origem colonizadora galega*–, se não estiver suficientemente demonstrada. Não foi o que aconteceu no caso que nos ocupa, para o qual foi elaborada uma hipótese historicista que não só não foi provada documentalmente, senão que foi elaborada através da junção de diversas suposições

¹⁴ A própria Maia (1977: 552 e 553) destacou no volume citado, tantas vezes usado em abono da tese galega, as relações lingüísticas entre Xalma e Almedilha, adivinhando-lhes uma mesma origem. Esta hipótese é constantemente obviada na Galiza, uma vez que confirmaria a origem lusa –indiscutida no caso da localidade salmantina de Almedilha– da cultura e da língua de Xalma. De facto, esta possibilidade foi atacada por Costas (1999?) em comentários ao trabalho de Leite de Vasconcelos (1927) sobre a «fala» de Sam Martinho, esquecendo que a própria Maia confirmou esta linha de investigação.

¹⁵ Em 2010 foi editado um documentário que volta sobre esse assunto, nesta ocasião de um ponto de vista reintegracionista (ou partidário da unidade lingüística galego-portuguesa). O filme *Entre Línguas*, da autoria de, para além de mim próprio, Vanessa Vila Verde e João Aveledo, mostra as falas dos cinco territórios fronteiriços, fugindo da distinção entre dialetos galegos (Xalma) e portugueses (Almedilha, Ferreira...) que a partir de 1992 divulgaram alguns autores galegos partidários da independência lingüística do galego em relação ao português. Na Galiza, a primeira vez que aparece publicada explicitamente a tese da «galegidade» destes falares cacereños foi em Costas (1992a: 409-417).

que carecem do necessário rigor e que separadamente tenham sido refutadas por estudos atuais.

Esquemáticamente, estas suposições têm como alicerces o *ermamento* da zona prévio à *Reconquista*, a *repovoação* que se seguiu fomentada pelo reino de Leom e o *isolamento* posterior dos «três lugares»¹⁶ ao longo da história até a atualidade. Os três primeiros –*ermamento*, *Reconquista* e *repovoação*– costumam aparecer agrupados, pelo menos tal como têm sido defendidos pela velha historiografia luso-espanhola¹⁷ e recuperados para a Filologia galega. De facto, estas três noções estão intimamente relacionadas que não será fácil defendê-las separadamente. Do mesmo modo, o questionamento de uma delas costuma fazer abalar o conjunto.

Ermamento, Reconquista e repovoação

A teoria da galegidade da «fala»¹⁸ assenta, como dixemos, em hipóteses que não gozam de grande crédito nos estudos históricos atuais, enumeradas no título desta epígrafe. Segundo as mesmas, o centro peninsular, nomeadamente a enorme faixa de terra entre os rios Douro e Tejo, teria ficado deserto –ermo; daí *ermamento*– após a irrupção árabe, ainda que a tendência para a perda de população já se verificasse desde o fim do Império romano. O principal formulador desta teoria foi Sánchez-Albornoz (1966), seguindo o historiador português Alexandre Herculano (1980), que tinha avançado a hipótese quase um século antes. Este postulado, que se tornou consensual até tempos recentes, nos quais foi amplamente questionado, chegou ao extremo de considerar que também a norte do Douro e inclusivamente nas zonas mais meridionais da Galiza se teria produzido o *ermamento*. Com esta ideia reforçava-se a tese da Reconquista como uma forma de projeto ideológico-nacional que sobreviveu a vários monarcas em sete séculos. Os reis cristãos, com a população dos territórios abandonados, teriam-se refugiado no norte asturiano, com o objetivo de devolver a península ibérica aos seus antigos moradores refugiados numa estreita faixa cantábrica. Entre os cristãos e os mouros só haveria um grande deserto estratégico com fins militares reforçado pelas contínuas campanhas de castigo que a um e outro bando

¹⁶ «Os três lugares» é a denominação mais usada entre a vizinhança para englobar as três localidades. Outras, de origem culta pelo referente utilizado, ainda que de base toponímica popular, fazem referência ao monte Xalma: na historiografia e linguística espanhola, Valle de Jálama ou, adaptado ao dialeto local, Val de Xálama; na bibliografia portuguesa: região de Xalma. Outras denominações totalizadoras com o rio Elhas por base são neologismos recentes. No nosso trabalho usaremos apenas o topónimo Xalma e o sintagma «os três lugares» para abranger as três localidades.

¹⁷ Designadamente Sánchez-Albornoz (1966).

¹⁸ A «fala» é a denominação que mais consenso gera entre os investigadores para englobar os dialetos das três localidades de Xalma. É uma denominação genérica bastante usada também para outras variedades fronteiriças no mundo –não apenas do português–, que eventualmente pode ser substituída pelo gentílico da localidade em que o dialeto é usado –cfr. *calaborês*, *ferreirenho*, *valverdeiro*, *manhego* e *lagarteiro*–. No entanto, a denominação mais usada –às vezes a única conhecida– a nível popular e coloquial é sem dúvida «chapurreado», que remete para a noção de mistura de várias línguas, designadamente nacionais, como neste caso português e castelhano. Em todos os enclaves fronteiriços luso-espanhóis em que a identidade com o português não é plena –Ferreira, Xalma, Calabor– a denominação popular maioritária para o idioma é, assim, «chapurreado». Em sentido contrário, nas localidades em que a identificação com o português é notória –Olivença, Almedilha, Casalinho e campina de Alcântara –, o nome mais comum é ainda português, ainda que possam ser habituais eufemismos deste termo do tipo «[falar] à portuguesa» ou «oliventino». Outras denominações ensaiadas nos últimos anos como *valego* são totalmente artificiais. Do nosso ponto de vista, a denominação mais acertada seria «português (da região de Xalma)». No entanto, para favorecer a compreensão do texto, que exige distinguirmos as diferentes variedades do português da Estremadura, poderemos usar cada uma das denominações propostas acima, entre aspas [« »] quando as requerermos.

infringiam as hostes inimigas, fazendo fugir a população, quer pelas próprias incursões quer por medo a elas. À medida que avançava a Reconquista, a repovoação posterior destas terras seria só uma consequência lógica do armamento.

Sem medo a errar, pode-se dizer que a historiografia moderna foi descartando esta visão tão apocalíptica de nada menos que sete séculos de história medieval e até se assume que foi uma maneira de explicar a fundação da Espanha moderna quando ela estava longe de começar a existir. Nada de diferente ao que todos os projetos nacionais têm feito até os nossos dias. Porém, com a reaparição da tese que defende a colonização galega da região de Xalma, estas teorias voltaram a ser defendidas na sua versão mais pura por uma parte da Filologia galega.

Pondo-nos por um momento na mentalidade de um filólogo que defenda que o galego e o português são línguas diferentes, será fácil entender porquê. A sequência de raciocínios seria a seguinte:

1. Se na Estremadura se fala um dialeto extremamente parecido com o galego, ainda que esteja em cima da fronteira portuguesa, não pode ser nem português nem português castelhanizado: é galego.
2. Sendo galego, e estando tão longe a Galiza, tem de ter havido uma emigração galega, mas ela só poderia ter deixado a pegada que deixou num contexto apocalíptico como o defendido pelos sustentadores da Reconquista: após um armamento absoluto seguiria-se uma repovoação também absoluta.
3. Sendo difícil de acreditar que, uma vez produzida essa intensa repovoação, o galego se mantivesse apenas na região de Xalma, e não noutras zonas repovoadas pelos mesmos reis e ordens militares, só cabe explicar que esta zona padeceria um severo isolamento que não padeceriam outras terras vizinhas.

A explicação do fenómeno através de uma mítica diáspora galega está tão próxima do género lendário que só o auxílio da clássica historiografia espanhola podia em certo modo reforçá-la. Porém, iremos vendo que não por isso consegue resolver as deficiências que apresenta à partida.

Os pontos fracos do *armamento* e da *repovoação*, ideologemas da *Reconquista*

Para uma explicação retroativa do projeto nacional espanhol, a utilidade ideológica desta formulação –a repovoadora– parece evidente, uma vez que só um cataclismo dessas características podia dar sentido ao verdadeiro cerne ideológico da proclamação, a Reconquista. Para os seus defensores, as terras não teriam sido simplesmente conquistadas ou anexadas –naqueles casos em que não houve confronto militar–, mas reconquistadas, recuperadas para o cristianismo e para os futuros estados ibéricos. Da mesma maneira, as propriedades rurais ou urbanas não teriam sido ocupadas, usurpadas ou submetidas a uma nova administração, senão ressuscitadas, porque se tratava de regiões mortas, porque lá não estava ninguém. Anselmo López Carreira, historiador que seguimos nestas páginas para questionar ambos os ideologemas, explica-o assim:

«Como complemento do paradigma “reconquistador”, o da “repoblación” encadrarse na mesma funcionalidade político-ideológica, destinada a reforçar a legitimidade do poder monárquico e do

inherente dominio señorial (sobre todo eclesiástico), pois eran os magnates locais quen dirixían as empresas “repoboadoras” encargadas polos monarcas. Trátase de remontar ata unha data indeterminada os pretensos dereitos de propiedade territorial e de xurisdición sobre as persoas. [...] A suposición dun territorio desprovisto de xente aseguraba a ruptura con calquera dominio previo, xustificaba as pretensións monárquico-señoriais (arrogándose dereitos sobre terras real ou supostamente despoboadas, comportamento que Sánchez Albornoz comproba en Ordoño I e sucesores) e neutralizaba as reclamacións. Os xuíces inclinábanse sistematicamente en favor de quen presentaba documentalmente este argumento fronte aos dereitos consuetudinarios esgrimidos oralmente polas comunidades campesinas.» López (2005: 272)

O relato segundo o qual grandes massas campesinas teriam voltado a ocupar o que séculos antes lhes fora usurpado polos árabes poderá parecer-nos hoje simplista, mas assim nos foi explicado na escola, e mantém a sua vigência em numerosos estudos que o assumírom acriticamente –com mais paixom até que os seus próprios formuladores, que lhe chegarom a corrigir alguns extremos, como a despovoaçom da Galiza¹⁹, entre eles os referidos ao «galego» de Xalma. Com os conhecimentos atuais, é tam difícil acreditar nisso como dar validez a que umha guerra «nacional» pudesse durar 700 anos, que Afonso VIII se sentisse herdeiro do legado imperial visigótico, que durante tantos séculos só houvesse guerras e invasons entre mouros e cristaos ou que os «repovoadores» das terras ganhas ao Islám se sentissem legítimos herdeiros dos antigos proprietários godos.

Obviando todo isto, os defensores da galegitude da region de Xalma, carecendo de provas documentais diretas do repovoamento da region, quigérom ver na colonizaçom de zonas convizinhas um processo paralelo ao que teria provocado que em Xalma se fale «galego». Deixando agora de parte as dúvidas que suscita a colonizaçom demográfica em geral, expostas nos parágrafos anteriores, a diocese de Cidade Rodrigo seria umha delas. Porém, mesmo para Ángel Barrios García (1985), historiador que utilizou um duvidoso método de freqüências toponímicas para fazer umha proposta sobre as origens dos contingentes migradores a sul do Douro, a presença ocidental – galega, portuguesa e astur-leonesa para Bárrios (1985), mas que Costas (2004) prefere englobar na denominaçom genérica de «galaica»– mal superaria 50%, longe da situaçom ideal que poderia provocar a permanência da língua galega numha region tam concreta como a de Xalma.

Porém, nessas terras, mais ou menos próximas de Xalma, nom se fala galego e nom fica na atualidade nengum rasto cultural de contingentes populacionais coesos vindos do norte, para além do detetado pola mera especulaçom. De facto, os ainda defensores da existência de repovaçons em massa reconhecem que este processo foi mais complexo do que em princípio se contou, que pudo demorar mais de um século em cada área e que os participantes estavam longe de se organizarem unicamente por origens, língua ou cultura, como alguns estudiosos quigérom ver com prismas atuais, como se respondessem ao chamamento coordenado de editais e partes de guerra. Isto é, a tese da colonizaçom galega para explicar o resultado lingüístico conhecido seria difícil de defender mesmo para os ainda sustentadores dos grandes movimentos migratórios induzidos na Idade Média. Como explica López (2005: 272):

«[...] tamaña despoboación e posterior repoboación implicarían movementos demográficos (espaciais e vexetativos) completamente imposibles no réxime da época, ata o punto de algún defensor desa tese recoñecer explicitamente a aparencia “alucinante” dos mesmos». López

¹⁹ «Malia teren sido rebatidas (en parte por el mesmo [Sánchez Albornoz]), estas teses demográficas manteñen aínda vixencia en boa parte da historiografía actual. A súa utilidade ideolóxica leva incluso a desprezar correccións introducidas polo propio autor, concentrando ademais as causas da suposta despoboación exclusivamente no período das loitas contra os musulmáns». López (2005: 269)

Desta forma, a única maneira de dar validez ao paralelismo exposto nos parágrafos anteriores –segundo o qual na região de Xalma se teria produzido um processo repovoador semelhante ao da diocese de Cidade Rodrigo– é aferrar-se à formulação mais pura da repovoação, conhecida como tese albornoziana. Costas (2004) admite, com historiadores atuais, que aquelas áreas não eram totalmente «ermos humanos», como demonstrou a arqueologia e a leitura desapaixonada da documentação da época, mas não tem mais remédio que apoiar-se na hipótese do ermamento/repovoação mais radical, porque qualquer outra excluía o seu relato sobre a origem da «fala»:

«A Transerra, segundo os investigadores desta época (Cintra, Pidal, J. González, Herculano, Sánchez-Albornoz, etc.) era praticamente un deserto de poboación entre os séculos VIII e XII, ó igual cá Estremadura galego-leonesa devandita e boa parte do val do Texo.» Costas (2004: 82)

Em abono da teoria do ermamento resgata a opinião albornoziana de certos microtopónimos a norte do Douro serem «evidencias destes desprazamentos ás zonas non ocupadas polos musulmáns. En Galicia temos oito microtopónimos Cumbraos ou Cumbrans –de Coimbra– e outros oito Toldaos –de Toledo–.» Costas (2004: 83). Porém, achamos que entre os milhares de topónimos de unha região, estes nomes de lugar, como as dezenas de Galegos que encontramos no sul, são antes prova de movimentos migratórios excepcionais escassamente significativos e que remetem para zonas muito mais amplas das nomeadas polo gentílico. Para López (2005: 279):

«Topónimos do tipo Toldaos (entre os que non incluímos a este efecto Coimbraos, por ser esta, como xa dixemos, unha cidade galaica), considerados proba de inmigración desde Toledo, etc., aducidos por Menéndez Pidal e utilizados logo por Sánchez-Albornoz, son moi pouco significativos e ademais dáse a circunstancia de que non marcan ningún fenómeno de mozarabismo na súa zona.» López (2005: 279)

Em sentido contrário, em relação à teoria da repovoação, pode dizer-se exatamente o mesmo, como reconhece o próprio Barrios (1985), um dos principais defensores das teorias repovoadoras através da toponímia:

«Hay que decir también, frente a lo que se ha supuesto, que la existencia de topónimos étnicos no siempre es reveladora de la masiva afluencia de gentes originarias del lugar al que se refieren; en bastantes ocasiones tales nombres son indicativos del carácter excepcional de un determinado grupo de repobladores más que de su abundancia; dos ejemplos: sendos pueblos se llamaban Gallegos en los arcedianatos de Cuéllar y Segovia, donde la presencia de gentes de procedencia occidental representaba, según la encuesta toponímica realizada, sólo el 14 y el 8 por ciento; y en la diócesis de Ciudad Rodrigo una aldea se llamaba Castellanos, cuando según el mismo criterio la afluencia de emigrantes de tal origen suponía únicamente el 8%.» Barrios (1985: 75)

Por isso, é pouco honesto de um ponto de vista científico continuar a apresentar como principal argumento a favor repovoação galega da região de Xalma uma tese em grande medida descartada até pelos defensores da tão discutida repovoação em geral.

López (2005) debruçou-se amplamente sobre esta questão no livro *O Reino Medieval de Galicia*, que seguimos neste trabalho por ser especialmente interessante para nós, ao não excluir do seu trabalho a época e o território abrangido pelo reinado de Afonso VIII da Galiza, Astúrias e Leom, o qual, sempre segundo a orientação isolacionista, teria restituído a população às regiões de Riba-Coa, Sabugal e Xalma na

primeira metade do século XIII. O autor é especialmente contundente no momento de questionar a existência do ermamento e posterior repovoamento a norte do Douro. Porém, esclarece:

«Mais cómpre irmos máis alá: o dito é válido para o territorio da actual Galicia (a *nuclear*), mais o paradigma da “repoboación” revélase tamén globalmente falso en calquera outro lugar da Gallaecia, e incluso, con ese desmesurado significado demográfico, é dicir, como substitución da poboación musulmá pola cristiá procedente do norte, para calquera outro lugar da Península, salvo casos puntualísimos e, por iso mesmo, fora das pautas normais. Non pasa de ser un elemento ideolóxico anexo á concepción de “Reconquista”.» López (2005: 271)

López (2005) situa a mobilidade populacional numha tendência geral europea, longe dos «baleiros e reposicións poblacionais», provocada por umha crise no mundo urbano anterior à mudança de milénio que nom acarretou um cataclismo semelhante no mundo rural, como demonstra a arqueologia ali onde esta é usada para corrigir a leitura desorbitada dos testemunhos narrativos ou documentais:

«Asumir acriticamente os relatos cronísticos (e as narratios incrustadas sospeitosamente en documentos) e as referencias documentais a “presuras”, aboca a unha xigantesca cesura histórica, capaz de convencer a historiadores actuais de que a propia aristocracia medieval naceu *ex novo* a partir da “repoboación”. Frente a isto, a arqueloxía descobre (alí onde se aplica) unha ocupación ininterrompida do territorio.» López (2005: 273)

Um dos fundamentos das teses repovoadoras mais radicais –desorbitadas no caso de Xalma–, assenta no uso dos termos *povoar* ou *repovoar*²⁰ na documentação antiga. Mas há tempo que a leitura estritamente demográfica foi descartada polos próprios formuladores da repovoação cristá, propondo-se umha interpretação num sentido preferentemente administrativo:

«Salta á vista que nunca indica a desertización literal do país. Gautier-Dalché traduciu *populare* por colonizar (se bem pode significar tamén o mesmo que *depopulare*), entendendo entón como “beneficiar unha terra máis ou menos abandonada”, aplicable incluso a unha cidade reocupada, “ata o punto de poderse moi ben 'poboar' unha vila ou cidade que xa tiña hatitantes”. Ademais desta significación estritamente económica, en que *populare* equivale aproximadamente a dotar de todo o necesario para que a posta en rendemento dunha explotación, tamén nos aproxima -sen podérselle negar un matiz demográfico, sobre todo nunha fase de reactivación como foi o s. X- a unha acepción de carácter marcadamente político, expresión dunha iniciativa institucional conducente non a poboar, senón a «dominar» un espazo que fuxía da súa xurisdicción e incluso (tratándose de comunidades campesiñas) da drenaxe económica señorial. Así pois, nin sequera hai por que atribuírlle esse sentido minimalista com que se ten entendido a repoboación, como proceso de reorganización. Tal suposto, como xa se dixo, está completamente desbotado para a Galicia nuclear, mais tampouco é aceptable fóra dela, no resto da Gallaecia [sul do Douro, por exemplo], pois a documentación insiste en mostrar sempre espazos ocupados e dotados desde antigo da súa propia organización social.» López (2005: 284)

Para López (2005), a escasez de testemunhos documentais das zonas meridionais do Douro está longe de provar o ermamento –e posterior repovoação–

²⁰ E ainda de outras expressons do tipo «*Desertus et incultus locus, vastitas eremi, trahere terras ex eremo*, a que fazem referêncía os diplomas, [e que] deve entender-se como uma expressão retórica aplicada aos lugares sem “senhor”, isto é, sem organização administrativa.» Ribeiro (1987: 43) No mesmo trabalho, o historiador português acrescenta: «A despeito de guerras, ruínas e mudanças de senhores, a população rural manteve-se, as povoações persistiram, os cristãos donos de terras tinham assegurada a posse dos seus bens, regulando-se por juízes próprios em caso de litígio, e até os mosteiros, apesar de alguns reveses na sua fortuna e influência, continuaram congregando a população cristã, recebendo doações dos fiéis e chegando a comprar propriedades aos muçulmanos. [...] É impossível aceitar a noção catastrófica das invasões.» Ribeiro (1987: 45)

dessa enorme faixa de terra. Deve-se, fundamentalmente, à baixa densidade humana e «a unha reactivación demográfica e agraria máis tardía», a partir do século X. Será com a expansom verificável nesta centúria que se produzirá umha intensificação agrária e pecuária que afetou terras previamente abandonadas e será neste quadro de desenvolvimento endógeno onde ser poderám contextualizar movimentos migratórios limitados «pola propia capacidade demográfica dos puntos de partida». Estas migrações limitadas, nunca massivas, nom provinham do norte longínquo; avançavam por territórios contíguos que nunca tinham estado despovoados, como veremos no caso da comarca de Xalma.

Ermamento, Reconquista e repovoaçom na region de Xalma

Como já foi explicado, a tese repovoadora dos atuais três concelhos de Xalma baseia-se na suposiçom de que, falando-se galego-português naquelas zonas, pertencentes ao reino de Leom desde o século XII –posteriormente a Castela–, teria sido um fluxo migratório galego o responsável polo resultado atual, promovido por ordens militares ao serviço do reino da Galiza e Leom de Afonso VIII. Esta suposiçom encontra graves problemas sobre o terreno, para além do próprio facto de nom se encontrar documentada e do que já foi dito para as teorias do ermamento e da repovoaçom em termos gerais.

Ilustraçom 2



Mapa da region de Xalma com as localidades portuguesas (à esquerda) e estremenhas (à direita) mais próximas. Fonte: José Luis Martín Galindo.

Assim, sabe-se que o governo destas três localidades foi cedido polo reino leonês a ordens militares diferentes e rivais, que para além de Xalma geriam outras zonas atualmente salmantinas e estremenhas de recente «reconquista»²¹. Deste modo,

²¹ Martín Galindo (1999: 86) explica-o do seguinte modo: «[...] el territorio del valle fue repartido entre dos órdenes militares: las tierras del actual municipio de San Martín de Trevejo fueron dadas a la Orden del Hospital de San Juan de Jerusalén que, junto con Villamiel, Trevejo y Villarrubias –Salamanca–, formaron la Encomienda de Trevejo, cuya existencia se mantuvo hasta la desamortización del siglo pasado –Decreto de 11 de Junio de 1848–; y Eljas y Valverde –entonces Salvaleón–, fueron entregadas a la Orden de Alcântara que creó la Encomienda de Salvaleón que incluía, además de las dos poblaciones del Valle de Jálama, también a Navasfrías –Salamanca–.»

afigura-se realmente estranho que ambas as ordens se pugassem de acordo para repovoarem estas zonas vizinhas, e casualmente fronteiriças, com galegos –ainda por cima da mesma zona da Galiza oriental–, optando ao mesmo tempo por repovoarem outras zonas da sua jurisdição com falantes de leonês. Seria possível que na altura duas ordens militares diferentes tivessem a delicadeza cultural de agrupar os repovoadores em zonas vizinhas utilizando um critério lingüístico? Poderia argumentar-se a favor de tam arriscada tese que talvez outros territórios estremenhos também tivessem falado um desaparecido galego-português –e nom astur-leonês–²², mas entom seria preciso explicar como é possível que desaparecesse justamente das outras vilas e se conservasse nestas localidades que nunca pertencêrom à mesma administração, nem militar, nem religiosa, nem provincial até o século XIX²³.

Mas nom será preciso avançar tantos séculos. Os defensores da galeguidade destas falas ignoram que a dita repovoação, mesmo para os seus partidários atuais, foi um fenómeno mui complexo, que nom se pode descomplexizar nem sequer nos territórios onde nengumha crónica o revela, passíveis em princípio de maiores doses de especulação. Em qualquer caso, a repovoação está sempre longe de poder ser interpretada como caravanas de aventureiros dispostos a desbravar o desconhecido após a chamada de algum soberano. Como já vimos, esta visom mítica tem sido posta em questom por historiadores modernos, e até defensores do velho esquema «reconquistador», que fornecem novas linhas de investigação para compreender a ocupação do território na Alta e na Baixa Idade Média.

Umha delas é a mobilidade da população, aquela que se produziria por motivos fundamentalmente económicos, implicando populações contíguas e nom longínquas. Assim, como explica Garcia (2000: 44), sem sair da região estudada, existem dados documentais de que os soberanos e as ordens militares facilitárom a emigração das populações a outros lugares, permitindo-lhes a venda das propriedades que possuíam em Trevejo ou Salvaleom –no concelho de Valverde–. Trata-se de só um exemplo de que a ocupação do território nom se produziu apenas como resposta de súbditos do norte ao chamamento de monarcas e ordens interessadas em expulsar os infiéis do centro peninsular. Poderá ter havido migrações de terras longínquas, digamos,

²² De facto, tem sido detetada a presença de lusismos noutras áreas fronteiriças, nom só da Estremadura, que hoje nom som de fala portuguesa, entre elas Huelva e Salamanca. Porém, estes estão longe de aproximar mais estas variedades do galego que do português: *afechal, fechaúra, buraco, ganhafote, segurança, julgao, lición, prejudical...* Este léxico parece ter mais a ver com a influência portuguesa – nomeadamente na zona de Valência de Alcântara– ao longo da história, anterior e posterior, do que com os supostos fenómenos repovoadores.

²³ Martín Galindo (1999: 86-88): «Por otro lado, Eljas y Valverde, pertenecieron a la antigua provincia de Extremadura y San Martín a la provincia de Salamanca; tras la creación de la provincia de Cáceres –R.D. de 30 Noviembre de 1833–, los tres municipios pertenecen a la misma circunscripción provincial. Igualmente hasta la creación del Partido Judicial de la Sierra de Gata con sede en Hoyos –R.D. De 21 de Abril de 1834–, Eljas y Valverde dependían de la Real Audiencia de Cáceres, y San Martín de la Cancillería de Valladolid. Lo mismo ocurrió a nivel eclesiástico, Valverde siempre estuvo adscrito a la diócesis de Coria y San Martín y Eljas, en cambio, pertenecieron a la diócesis de Ciudad Rodrigo hasta el año 1958. Luego, si prácticamente, desde el siglo XII hasta mediados del XIX, las tres poblaciones del valle estuvieron separadas en distintos dominios, y además incluidas en entidades territoriales con otras poblaciones de lengua castellana ¿Cómo se explica la existencia de una fala común a las tres villas? ¿Por qué dentro de una misma encomienda unas poblaciones siempre han “falado” y otras han hablado cuando es lógico pensar que los hipotéticos colonos llegados tras ta reconquista serían los mismos en el territorio de cada encomienda? ¿Por qué San Martín de Trevejo y Villamiel, por ejemplo, son dos mundos lingüística y culturalmente tan extraños y diferentes cuando durante siete siglos fueron la misma entidad territorial? He aquí un problema que no se resuelve con soluciones simples y acabadas.»

ideológico-religiosas, mas estas terão sido excepcionais, exíguas e em todo o caso implicariam apenas elites leigas e eclesiásticas.

Para além dessa emigração mais limitada, também existiu umha emigração de raízes económicas que deve ser tida em conta e que com certeza nom consistiu no esvaziamento e repovoação de regions inteiras. Sabe-se, aliás, que a área estudada, tanto no Riba-Coa aquando a dominação leonesa como toda a zona transfronteiriça hoje espanhola, recebeu importantes contingentes de emigrantes portugueses nos séculos baixo-medievais. Mais tarde, de facto, com as fronteiras definitivamente marcadas e sem dúvida muito mais assumidas que no século XIII, pensa-se que um tipo de mobilidade populacional parecida deu origem a dialetos lusos numha longa faixa da raia estremenha, do Casalinho –Cáceres– até a Codosseira –Badajoz–.

Neste sentido, a expansão pecuária poderá ter sido mui relevante. Nom se pode descartar que, ao lado de distantes repovoadores vindos de regions nada superpovoadas, também se deslocassem e assentassem famílias dedicadas ao pastoreio, melhor conhecedoras do território.

O capítulo e os parágrafos anteriores pretendem invalidar a relação entre *ermamento* e *repovoação*, sustentada em auxílio da ideia da *Reconquista*. Som muitos os dados que põem em questão a esmagadora coerência com que esta ideia foi apresentada. É precisamente esta coerência entre *ermamento* e *repovoação* o principal ponto fraco de toda a tese, porque quando ela abala, à medida que som conhecidos mais dados sobre a antiga ocupação do território, deixa de fazer sentido a própria ideia da *Reconquista*. No caso que nos ocupa, para quem defenda a ideia de a língua de Xalma ser resultado de umha repovoação galega, o problema é ainda mais grave. Para afirmar a galegidade das falas de Xalma nom só é necessário provar a relação lógica entre *ermamento* e *repovoação*; também é preciso que essa relação seja extremamente coerente, tanto como a fronteira que dividiu o dialeto galego-português da região de Xalma com o dialeto astur-leonês das povoações vizinhas.

Tratando de justificar esta impressionante coerência lingüística, capaz de contornar a língua da corte e dos povos vizinhos –atual castelhano– durante séculos numha zona tam definida, o recurso à versão mais radical do *ermamento* e da *repovoação*, tam ao gosto da passada historiografia espanhola e portuguesa, era imprescindível. Segundo esta teoria, como sabemos, o centro peninsular encontraria-se totalmente desabitado na altura das repovações e os emigrados nom teriam dificuldade em manter a sua idiossincrasia lingüística em territórios tam definidos como o que nos ocupa. Nos anos 50 é compreensível que Lindley Cintra baseasse a sua argumentação nestas teorias, mas nom me parece justificável obviar que elas se encontram totalmente desacreditadas para a historiografia moderna, e até nom tam moderna. Porém, mesmo dando credibilidade ao *ermamento*, seria difícil justificar que este fosse só determinante ao pé da fronteira. Para contornar esse problema, di-se entom que o isolamento destas três localidades –sugerido igualmente por Cintra– teria conseguido o resto e volta-se a obviar que na atualidade som numerosos os estudos que nom só desmentem o pretenso afastamento, senom que já demonstrárom ter sido estas localidades as melhor comunicadas, povoadas e desenvolvidas da Serra de Gata ao longo da história. E nom só: as três povoações destacárom até meados do século XIX pola sua importância política e militar, sendo as sedes das mais importante instituições da zona²⁴.

²⁴ Martín Galindo (1999: 92-93) «[...] fueron cabezas de las Encomienda de Trevejo y Salvaleón, desde las que se gobernaron otras poblaciones de fuera del valle y de habla castellanizada; dada su posición estratégica y fronteriza fueron importantes plazas militares; así, tras la derrota de las tropas españolas por

O isolamento de Xalma

Segundo a versão dada pelos defensores da tese «galega», só o isolamento posterior à repovoação pode explicar a preservação da fala até os dias de hoje, uma vez que a mesma fala não se conservou em zonas vizinhas em que também teria sido usada. Porém, as provas documentais apontam na direção contrária: o isolamento não só parece não ter existido, senão que as áreas que realmente o padeceram na Serra de Gata foram aquelas das quais, segundo a explicação dada pelos defensores da «tese galega», teria desaparecido o «galego».

Esta última hipótese –a desaparecimento do galego da Estremadura leonesa– é certamente difícil de rebater, uma vez que tem na mera especulação o seu único sustento. Mas, tal e como acontece com o isolamento, ela é imprescindível para que a teoria da repovoação galega de Xalma tenha certa credibilidade. Explicarei porque:

Se efetivamente a origem da fala foi uma colonização galega, é evidente que esta não se pudo limitar aos «três lugares», tivo que ser mais ampla, abrangendo toda a região dominada pelo mesmo soberano e as mesmas ordens militares que teriam «repovoado» a região de Xalma. Esta região, como já explicamos, englobava toda a chamada Estremadura leonesa –a que pertenceu ao reino de Leom– e as regiões portuguesas de Riba-Coa e Sabugal. Porém, tanto em Portugal como no resto da Estremadura não há notícias desse antigo dialeto trazido por galegos, de maneira que a conclusão a que chegam os defensores dessa explicação é que ele só não desapareceu de Xalma –Almedilha nem sequer é referida por razões que explicaremos mais tarde–.

Admitindo que essa descomunal repovoação existisse, que implicaria com certeza a desertificação humana de uma grande parte da Galiza –cuja cidade mais importante na altura contaria com uns poucos milhares de pessoas²⁵–, como é possível que esse dialeto desaparecesse de um enorme território e conservasse a grande

los franceses en Alba de Tormes se estableció en San Martín de Trevejo la Capitanía General del Ejército de Castilla; durante siglos el Convento Franciscano de San Martín de Trevejo fue un foco de irradiación religiosa y cultural en toda la zona; San Martín fue la capital del Corregimiento de Jálama, desde 1824 hasta la creación del Partido Judicial de la Sierra de Gata en 1834, que tenía jurisdicción sobre Valverde, Eljas, Villamiel, Trevejo, Acebo y Hoyos. También la relación de autoridades existentes en San Martín de Trevejo en el año 1829 que ofrece Miguel Muñoz de San Pedro, desmiente la pretendida desvinculación del Val Xálama del poder central y de su lengua oficial: el español. Así en esa fecha residía en la villa: el administrador de la Encomienda, el corregidor y tres regidores, dos diputados, el alcalde, el síndico, el secretario, el alférez mayor, el padre rector y cinco sacerdotes más.»

²⁵ López (1999): “O trazado das murallas delimita con precisión o núcleo urbano, pero sería precipitado aventurar hipóteses acerca do volume da poboación na fase in[ic]ial da cidade, toda vez que ignoramos a intensidade de ocupación do recinto, e as densidades de modelos coñecidos xeograficamente alonxados pódense desviar moito dos nosos. No noso espazo só existen debilísimas conxeturas para o caso de Santiago, a partir dos planos elaborados por Barreiro Somoza e Del Llano Cabado, segundo os cales, de ser certa a ocupación proposta, o total efectivamente habitado a finais do século XI non superaría as 15 Ha., albergando unha poboación en torno aos 2.000 habitantes. Cálculos semellantes non son de momento posibles nas demais cidades, onde de todas formas cabe asegurar cifras incomparabelmente inferiores ás precocemente acadadas por Compostela. Como resultado dese crecemento sostido a poboación urbana debeu acadar máximos na primeira metade do século XIV, período durante o cal van aparecendo con claridade novas rúas fóra do recinto amurallado, tal como L. Alsina localiza en Mondoñedo.” (López, 1999). Tendo em conta isto para finais do século XI, no melhor dos casos, com os dados arriscados por López Carreira para Santiago de Compostela no século XV (8.000 habitantes), e acreditando na hipótese do crescimento “sostido” entre ambos os períodos, a principal cidade galega dificilmente poderia superar os 5.000 habitantes no momento que nos interessa aqui: em finais do século XII e princípios do XIII.

vitalidade que conserva em Xalma? Isto é, como é possível que em S. Martinho de Trevelho praticamente todas as crianças falem galego-português e em Villamiel, a escassos quilómetros, os velhotes nom tenham memória de terem falado sequer os seus avós nada de parecido com as «falas» de Xalma?

A razom aduzida, da qual Xosé Henrique Costas (1999: 85-86) fai um bom resumo abaixo, foi o isolamento:

«A pregunta que intriga os estudosos desta fala é ¿como se perdeu a fala dos repoboadores no resto das áreas colonizadas e, outramente, se conservou no Val do Xalma ou do Río Ellas? Evidentemente, e aínda que hai autores que negan este extremo, temos que pensar nun abandono secular destas áreas, xa de seu dificilmente accesibles ata hai escasas décadas, pois sabemos que desde Fernando III, o rei que anexionou o reino galego-astur-leonés a Castela en contra da vontade do seu pai, o noso Alfonso VIII, o centro de atención da coroa de Castela foi a reconquista das terras do sur da península e case inmediatamente, a conquista de América. Exprésao Lindley Cintra moi atinadamente cando observa que:

Só em condições especialíssimas de isolamento –geralmente correspondentes a um prolongado abandono– estes falares dos repovoadores, ou, pelo menos, algumas das súas características, puderam persistir. Foi exactamente isso o que se produziu na região de Xalma, vizinha da Serra de Gata, durante muitos séculos uma das zonas mais isoladas de toda a Espanha.

Este illamento secular debeu se-lo argumento principal para a conservación das falas obxecto do noso estudo. Cando esmorece o reino galego-astur-leonés e o poder cae en mans castelás, os colonos foron doadamente asimilados pola lingua e cultura dos poderosos reinos portugués e castelán. Estas falas do Ellas deben ser, conseguintemente, o resultado dun galego antigo implantado neste val no século XIII que perdeu todo o contacto co territorio orixinario e camiñou setecentos anos por libre, son, en palabras de Lindley Cintra (1959: 532) «o resultado da impresionante persistência (e retardada evolución independente) duma linguagem galega do século XIII».

Nom obstante, o isolamento nom existiu. Trata-se apenas de umha hipótese especulativa sem base documental que formulou Linley Cintra e repetírom, na atualidade, numerosos autores; tantas vezes que chegou a parecer indiscutível. Para a descriçom desse isolamento é freqüente o recurso a lugares comuns aplicáveis a qualquer aldeia, periférica ou nom, até finais do século passado: «nom chegava a estrada», «velhos que nunca saíram do vale»...

Mas a situaçom real da regiom de Xalma nem sequer pode comparar-se com a dessas aldeias de que fam mençom os referidos lugares comuns. Polas palabras de Miguel A. Sartal Lorenzo:

«Non pensamos que a conservación da peculiaridade lingüística dese val cacereño se deba á incomunicación da zona, xa que non parece que fora un lugar incomunicado; ademais de teren un mosteiro, e ser zona de intercambio entre España e Portugal. Ó contrario, estes pobos non estaban nunha zona marxinal, xa que se había algún núcleo aglutinador e que dirixía a vida social da do contorno, esse parece estar formado polos tres pobos que estamos a estudar.» Sartal (2007: 255)

O mesmo autor, em abono da sua opiniom, cita Paulino Martín Blanco em nota de rodapé:

«O modelo de illamento e endogamia, que explica a pervivencia de illas culturais diferenciadas do entorno, non é aplicábel nun val fronteirizo entre dous estados, percorrido por importantes vías de comunicación vinculadas ao comercio e no que tiveron lugar aproveitamentos gandeiros ligados á trashumancia.» Martín Blanco (2004); Sartal (2007: 255)

E apesar de nom explicar a razom de porque o dialeto se conserva nessa regiom e nom noutras zonas vizinhas, parece intuir umha relaçon entre «fala» e fronteira inédita até agora em autores que defendêrom a «nom portuguesidade» daquela:

«Este feito que aconteceu coa fala dos Tres Lugaris intúo que sería algo semellante ó que pasaría neses lugares de fronteira onde se conservou un dialecto diferenciado, e penso nos dialectos portugueses da fronteira estremeña que citei, no mirandés que se fala no Norleste de Portugal e noutros de zonas semellantes. Esa debe ser a razón principal da súa conservación, unha situación liminal, pois de estar no centro de Castela ou no centro de Galicia é difícil que se conserve un dialecto nunha situación como as mencionadas.» Sartal (2007: 257)

O mais contundente refutador da tese do isolamento foi, no entanto, Martín Galindo (1999: 92-95):

«El Valle de Jálama no ha sido, a través de la historia, un territorio olvidado o marginado de los centros de poder dominantes... Hasta mediados del siglo pasado, las tres poblaciones, destacaron por su importancia política y militar al ser las sedes de las instituciones más importantes de la zona. [...] Tampoco fue un territorio empobrecido y subdesarrollado, sus poblaciones sobresalieron por su importancia económica hasta el siglo XIX. [...] San Martín y Valverde, en el año 1530, eran las dos poblaciones com mayor número de habitantes de toda la Sierra de Gata, posición que mantuvieron hasta el siglo pasado. [...] De los datos anteriores se desprende que a partir de mediados del XIX se produce una fuerte reducción de población, cuya tendencia negativa se va agudizando a lo largo del siglo XX. Y considero que ello es consecuencia de la desaparición del Antiguo Régimen, que supuso para las tres villas del Val Xálama pérdida de importancia política, administrativa y judicial, quedando relegadas a un segundo plano en la comarca. A partir de entonces entraron en un proceso de regresión económica y social que ha ido empujando paulatinamente a la despoblación del valle.»

Em definitivo, o alegado isolamento da regiom de Xalma, após umha primeira defesa deficientemente documentada do mesmo realizada por Lindley Cintra, permaneceu nos estudos lingüísticos como umha espécie de exercicio emotivo e literário prévio a outras consideraçons realizadas polos seus autores. Por um lado, como se se tratasse de um aspeto já demonstrado e irrefutável; por outro, como umha forma de aproximaçon sugestiva à geografia local.

Mais sobre a tese de Cintra

Como já foi referido, no afã de restaurar teses que polo menos tenhem sido questionadas na atualidade –*ermamento, repovoaçom e isolamento*– os filólogos galegos acolhem-se à autoridade do principal formulador da tese da origem galega até hoje, o filólogo português Lindley Cintra (1959). O ilustre lingüista estudou a língua dos foros²⁶ da cidade portuguesa de Castelo Rodrigo, sugerindo a sua relaçon com os dialetos atuais de Xalma. Cintra analisa vários foros de fundaçom de cidades da zona atualmente portuguesa de Riba-Coa, redigidos num híbrido luso-leonês, centrando-se especialmente nos da cidade referida, de 1209²⁷, umha vez que som os que apresentam umha mais clara hibridaçom. Os territórios de que falamos pertenciam ao reino de Leom na altura e, o que é mais importante, poderiam chegar à regiom de Xalma. Porém, a posse dos territórios tinha sido anteriormente portuguesa, umha vez que esses territórios foram adquiridos por Afonso Henriques, o primeiro rei do Portugal independente. Cintra, em vez de supor que a hibridaçom fosse o resultado de um escrivao de fala

²⁶ Cintra (1959) entende que nom havia populaçon na zona e os foros teriam a funçom de permitir a sua colonizaçon demográfica. Porém, os foros e cartas de foral nom excluem a organizaçon de umha povoaçom que já existisse.

²⁷ O texto romance conservado é, no entanto, posterior: “o manuscrito dos Foros de Castelo Rodrigo deve datar de pouco antes de 1296, talvez de entre 1280 e 1290.” Cintra (1959: XCVIII)

portuguesa a tentar escrever à moda da corte leonesa que nesse momento dominava o seu território, sugere que o escrivão poderia ter origem [repovoadora] galega e portanto estar a escrever na sua «língua» natural, que à partida parecia hibridada. Deste modo, umha vez que o Riba-Coa voltou ao reino de Portugal, ficando a região de Xalma do lado leonês, a ambos os lados da raia ainda se teria mantido esse dialeto galego que falava o escrivão, chegando à atualidade no caso de Xalma.

A tese é aventurada, para além de deixar entrever o preconceito de que o galego já entom era um híbrido. Em primeiro lugar, porque é polo menos arriscado deduzir da escrita de um único texto de um único copista –os outros foros apresentam graus de hibridação totalmente diferentes a este– a atual língua falada numha ampla zona de Portugal e Espanha. Em segundo lugar, porque a língua desse foro nada tem a ver globalmente nem com a falada na Galiza ou na região de Xalma, tanto atualmente como antigamente. Em terceiro lugar, porque Cintra apenas consegue identificar alguns traços gráficos que considera exclusivamente galegos –e nom portugueses– no texto estudado, traços que nom nos remetem para falares apenas galegos, tanto da altura como da atualidade²⁸. E em último lugar, porque nom há nengum traço no foro que coincida ao mesmo tempo e exclusivamente no falar de Xalma e no galego, tanto os atuais como os supostos na altura. Dito doutro modo, as formas galegas do dialeto de Xalma nom se encontram por lado nengum nos foros de Castelo Rodrigo²⁹.

²⁸ No caso que estudamos, um escriba (fosse qual fosse a sua variedade falada, embora a suponhamos portuguesa devido à primeira posse da região) pudo ter usado modelos gerados em Leom e em Santiago de Compostela. Isto explicaria os quatro traços gráficos que Cintra (1959: 503) considera mais galegos do que portugueses nos Foros de Castelo Rodrigo (grafia *gando* por *gado*; terminação *-inno/-ino*; contração *autro* por *a outro*, e formas como *vizino* por *vezino*). Todas elas convivem com outras soluções gráficas (maioritárias no caso de *ganado* e *a outro*) e nengumha reflete formas galegas que se podam constatar divergentes das correspondentes portuguesas na fala do século XIII. A análise das falas atuais, determinadas polos padrões lingüísticos oficiais, tampouco nos leva a conclusões definitivas: por um lado, no português padrom temos *gado* (que também se estende até o norte da Galiza), mas por outro no galego padrom atual temos *vezinho* (que também se estende até o sul de Portugal). Assim, concordo com Mariño (1999: 168) em que “parece altamente improbable que en ningunha localidade chegase a falarse unha variedade “da lingua galego-portuguesa” que admitise simultanea-lo uso de *caua(l)leiro* e *caua(l)lero*, *mouro* e *moro*, *eu* e *yo*, *(h)e* e *es*, etc. Logo non se debe crer que a lingua destes foros reproduza fielmente ningún falar local determinado, ainda que si parece probable que haxa unha determinada variedade “da lingua galego-portuguesa” na súa base e que sobre ela se levanten certos intentos -faltos de coerenca e sistematicidade, polimórficos- de construir unha scripta de alcance xeográfico superior ó local. [...] Vacilacións de tratamento nun elemento morfolóxico tan común coma o pronome persoal suxeito de primeira persoa do singular (*eu* e *yo*) ou outras polo estilo desta non teñen correlato neses falares estremeños actuais, que neste punto usan sempre a forma *ei 'eu'*, e creo que se deben explicar pensando que o copista dos Foros de Castelo Rodrigo non se mantivo constantemente fiel á súa fala, senón que introduciu en maior ou menor medida caracteres lingüísticos propios de áreas xeográficas alleas á súa”.

Por outro lado, se de umha parte os traços lingüísticos dos Foros de Castelo Rodrigo que Cintra intui no atual falar do Xalma, como a monotongaçom e *ou* e *eu* em determinadas formas verbais (1959: 510-511), se afastam completamente das falas galegas, antigas e atuais, mais se aproximando do português meridional ou do leonês e do castelhano, de outra, os traços que a maioria dos autores identificaram como mais galegos das falas de Xalma (*o irmám*, *botons*) nom aparecem nengures nos Foros.

²⁹ Veja-se Maia (1977: 549-550): «Em relação ao primeiro aspecto, suponho que Xalma foi mais “galega” que Riba-Coa: tenho presente sobretudo a existência naquela região de particularidades características do galego, como são as seguintes: a confluência das terminações latinas -ANE e -ANU em ã [ã] (pp. 122-125); as formas do plural correspondentes a palavras terminadas em -õ [on] < -ONE, ou formadas analogicamente sobre o singular (por exemplo *rantóns*, *botóns*, etc.) (p.139) ou resultantes da evolução histórica das formas de plural latinas, por perda de -N-, assimilação e crase das duas vogais em contacto (p.ex. *ratós*, *tapós*, etc.) (p. 139); a forma de terceira pessoa do singular do pretérito terminada em -o (p. ex. *Dixo*, *disso* (p.233), *fizo*, *fido* (p. 234), etc.). Ora, de nenhuma destas particularidades características do galego se encontram vestígios nem no texto dos foros de Castelo Rodrigo nem nos atuais falares

Provavelmente, Cintra, no seu afã por ter em conta o galego nos estudos de Filologia portuguesa, formulou esta hipótese com a melhor das intenções, chegando a descartar a existência de população portuguesa na zona na altura estudada. Sessenta anos mais tarde, porém, achamos sensato rever a tese deste grande filólogo e nome reproduzi-la acriticamente, como tenham feito alguns autores.

Região portuguesa

Para sustentar a tese da «galegidade» da fala, os autores galegos mencionados nome só citam a autoridade de Cintra. Muitas vezes, esta tese é abonada recorrendo, conjuntamente, ao próprio Lindley Cintra (1959) e a Clarinda de Azevedo Maia (1977). Esta última, sem descartar a hipótese do seu antecessor, vê a matizá-la quase vinte anos mais tarde com um monumental estudo contrastivo entre os falares do concelho do Sabugal –atual Portugal– e as vizinhas regiões de Xalma e Almedilha. A professora conimbricense nome só pujo em questão que aquelas zonas estivessem despovoadas antes da colonização leonesa, como já explicamos. Também salientou os estudos sobre a primeira colonização portuguesa da zona publicados por Rui Pinto de Azevedo em 1962, desconhecidos por Cintra em 1959.

Os estudos deste historiador vinham a confirmar o que já se supunha desde Alexandre Herculano e que Maia (1977: 26-28) explica assim:

«A essa ocupação portuguesa daquela faixa transdunense se referem, por um lado, a carta de couto do nosso primeiro soberano [Afonso Henriques] datada de 1174, que, por sua vez, alude a outra em que muito anteriormente (olim) ele mesmo doara ao mosteiro de Aguiar [origem da posterior ordem de Santiago/Alcântara] as terras destinadas à sua criação e, por outro lado, aquela cláusula do Convénio de Alcanizes na qual o soberano de Leão reconhece a Portugal o direito de posse naquela região: “Outrossim, eu, El-Rei D. Fernando, entendendo e conhecendo que vós tendes direito em alguns lugares dos castelos e vilas do Sabugal, e Alfaiates, e de Castelo Rodrigo, e Vilar-Maior, e de Castelo-Bom, e de Almeida, e de Castelo-Melhor e Monforte, e de outros lugares de Riba de Coa, os quais vós, Rei D. Dinis, tendes agora em vossa mão (...)”. Além disso, não há também documentos leoneses da época que testemunhem a posse leonesa de Riba-Coa antes de Fernando II; os primeiros documentos relativos a doações de terras de Riba Coa ao mosteiro de Aguiar ou à ordem de Pereiro datam de 1176, contrariamente ao que pensou A. Herculano, que fez recuar essa data para 1165, ano em que o referido monarca doaria o mosteiro de Aguiar “locum qui dicitur Turris Aquilaris et grangiam de rio-chico”. Mas, se por um lado esse documento é falso e tardio, por outro, o referido diploma de Afonso Henriques de 1174 anula qualquer hipótese de domínio leonês em Riba-Coa até uma data mais ou menos próxima desta. [...]

Interessaria determinar a data *a quo e ad quem* da posse portuguesa de Riba-Coa, antes da anexação definitiva em 1297. É indubitável que, pelo menos desde 1130, Portugal dominava naquela região transdunense, uma vez que os limites do alfoz de Numão, descritos na carta foral dada naquele ano a esta povoação, atingiam o Águeda e a ribeira de Duas Casas.»

Evidentemente, isto afeta de forma quase definitiva a posição defendida por uma parte da Filologia galega, que repete acriticamente uma hipótese posta por Cintra

fronteiriços – que, pelo contrário, mantêm algumas particularidades de tipo leonês (pp. 541-544) –nem, pelo menos algumas delas, na toponímia local.» Ainda, em relação às particularidades supostamente galegas, a professora conimbricense acrescentaria mais tarde: «Ressalve-se, no entanto, que mesmo aquelas características histórico-fonéticas tidas habitualmente como próprias do galego – o resultado -óns (correspondente a formas de plural de substantivos historicamente representantes de substantivos latinos terminados, no singular, em ONEM) e o resultado -ás (correspondente a formas de plural de substantivos que em latim, no singular, terminavam em -ALEM), estão também representadas nas variedades diatópicas do Algarve, no extremo Sul de Portugal, estendendo-se o primeiro tratamento a toda a província e estando implantado o segundo na metade ocidental.»

e que foi abertamente questionada pelo próprio Rui Pinto de Azevedo, como recolhe Maia (1977: 25):

«A língua base dos forais desta povoação transcudana não poderá explicar-se pelo facto de *haverem permanecido insulados durante mais de um século em solo leonês pequenos núcleos populacionais preexistentes, ali fixados no período anterior em que Riba Coa esteve sob a influência e domínio de Portugal?*» [o texto em itálico corresponde a Rui Pinto de Azevedo.]

Esta pergunta nom só nom foi respondida pola Filologia galega; nem sequer foi considerada. Muito recentemente, de facto, em resposta ao jornal digital *A Nosa Terra* sobre a possibilidade de os dialetos de Xalma terem origem portuguesa, Henrique Costas afirmava que estas terras «nunca foron repoboadas por habitantes lusos nin pertenceron á coroa portuguesa»³⁰.

Mas a suposta posse leonesa da região de Xalma apresenta outros pontos obscuros para além da época em que reinou o primeiro monarca português, Afonso Henriques, porque também há documentos que se referem a esta zona como portuguesa durante o domínio de Sancho I e Sancho II, sucessores de Afonso Henriques e reis de Portugal quando a região de Riba-Coa já tinha passado a domínio leonês.

Havendo documentação escassa sobre as três localidades de Xalma, nenhuma sobre a sua fundação, costuma aceitar-se que elas sempre estiveram do lado leonês-castelhano-espanhol da fronteira, a despeito de falar-se um dialeto galego-português nas mesmas. Este facto é relacionado desde Cintra com a faixa atualmente portuguesa de Riba-Coa. Assim, ele supunha que, se o território de Riba-Coa fora colonizado por galegos no século XIII, também a comarca de Xalma, atualmente espanhola, pudo ter sido «repovoada» –com o valor demográfico– polo mesmo contingente de galegos que Afonso VIII levou àquela comarca atualmente lusa.

Como vimos, é mais provável que tam maciça colonização galaica de Riba-Coa nom existisse, sendo mais fácil de sustentar que a primeira ocupação portuguesa de aquele território –com Afonso Henriques³¹– esteja na origem da língua ali falada, isto é,

³⁰. Veja-se aqui: <http://www.anosatterra.org/nova/45424/val-do-ellas-o-galego-atrapado-no-tempo-.html> («Val do Ellas: o galego atrapado no tempo», assinado por Maria Obelleiro na edição digital d'*A Nosa Terra* a 11-05-2010).

Para além do período anterior ao Tratado de Alcanizes, existem inclusive bastantes referências a uma ulterior posse lusa do território estudado. No seu livro *A Guarda. No Caminho do Estremo*, Célio Rodinho Pires (2005) analisa diversos forais e costumes do território português do Estremo, parte sul-este do concelho da Guarda no século XII. Segundo o autor, esta região teria abrangido «um vasto território que integra presentemente a província espanhola da Extremadura. Trata-se de uma vasta área primordialmente afectada à transumância dos gados do norte, da montanha, que, no inverno, dado o gelo e as Neves, demandavam as campinas da Idanha, os campos de Salvaterra e as baixas de Valverde a sul da serra da Xalma. O vocábulo Estremo já referido nos Costumes da Guarda aparece novamente citado nas declarações de alguns pastores de Pêga, de Marmeleiro e Touro acerca de um diferendo entre os concelhos de Sabugal e Sortelha a que o rei D. Dinis pôs termo pela “Carta de Sentença da Fatela (termo de Sortelha), dada em três de Abril de 1315, sobre contenda perante o mui alto e mui nobre Senhor Dom Dinis entre o concelho do Sabugal e o concelho de Sortelha por razão dos termos”. No mínimo, e de acordo com os termos dos forais atrás referidos, o território português, no século XIII, era definido pelo Erges em todo o seu percurso desde a encosta sul da serra da Xalma até “ferir” (tocar) no Tejo. Sendo assim, as aldeias hoje espanholas de Valverde del Fresno e Eljas, pelo menos, estariam em território português.» Pires (2005: 183-184).

³¹ Na realidade, os domínios de Afonso Henriques ainda chegaram mais além da atual linha paralela à costa atlântica que desenha a fronteira luso-espanhola: «prolongavam-se pelas margens do Guadiana e projectaram, através da Extremadura espanhola (Badajoz, Cáceres, Trujillo...), um prolongamento oriental de efêmera duração.» Ribeiro (1987: 50).

o português.

Porém, nengum documento nem facto histórico nos empurra a supor que estas localidades fronteiriças estivessem sob domínio leonês quando toda a região de Riba-Coa o estava. Nengum foro, foral, costume ou carta foi outorgado a nengumha das três localidades por reis leoneses quando estes tinham a posse daqueloutra região mais ampla, e a própria unidade geográfica natural entre Riba-Coa e Xalma é discutível.

Nem sequer há nengum documento provatório que nos permita concluir que depois do Tratado de Alcanizes, assinado por D. Dinis de Portugal e Fernando IV de Leom e Castela em 1297, as três localidades ficárom finalmente espanholas, embora neste caso facilmente se poda deduzir que foi isso o que aconteceu, porque depois desse tratado a mais antiga fronteira da Europa ficou quase definitivamente fixada, e umha mudança de soberania de um território do tamanho que nos ocupa seria mais facilmente documentável.

Em resumo, é inclusive aventurado afirmar que a região de Xalma tivesse pertencido ao reino de Leom, ao mesmo tempo que Riba-Coa, ao longo de metade do século XII e praticamente todo o XIII, nom podendo-se descartar, como defende Pires (2005) que tivesse sido umha prolongaçom do antigo concelho da Guarda –sempre português–. Segundo a documentação estudada por este autor, “a Xalma” –quer completa, quer algumha das suas localidades–, teria pertencido a Portugal, nom só, como Riba-Coa, no reinado de Afonso Henriques, mas também na época de Sancho I, Sancho II e D. Dinis.

A esquecida Almedilha

Por outro lado, a Filologia galega esquece que, ao lado da região de Sabugal, Riba-Coa e Xalma, existe outra pequena aldeia fronteiriça chamada Almedilha que, após ser referida por Leite de Vasconcelos (1927) e Lindley Cintra (1959), foi estudada por Clarinda de Azevedo Maia (1977). Esta localidade nom pode ser desvinculada de Xalma nem de um ponto de vista lingüístico nem histórico. Quer se pretenda que a origem de ambos os dialetos seja umha repovoaçom quer umha deslocaçom de fronteiras, a origem de ambos os fenómenos deve ser a mesma, e de facto, por omissom, os defensores da tese galega nunca o negárom. Simplesmente, passárom por esta evidência com pés de lá. Porquê? Porque, como explica Maia (1977: 552-553), depois de um mesmo ponto de partida no século XIII, «no futuro, o destino lingüístico desta povoaçom foi muito diferente do de Xalma, de tal maneira que hoje vive naquela povoaçom, ao lado do espanhol, um falar português, perfeitamente idêntico ao português da Beira Alta e de maneira muito especial ao da região fronteiriça da antiga região de Riba-Coa».

Sem dúvida, o destino lingüístico diferente, com umhas relaçons comerciais privilegiadas com Portugal ao longo de toda a história, pode ter sido umha das razons de se ter mantido em Almedilha um português tam português que os seus próprios habitantes manifestam falar português, algo extraordinário noutros dialetos fronteiriços, que costumam evitar a identificaçom da sua fala com a do Estado vizinho, por razons culturais e políticas em que nom será preciso deter-se. Porém, é absolutamente impossível que, se a língua estivesse ali por umha antiga repovoaçom galega, esta acabasse indo ao encontro da língua de Portugal ao longo da história. Os nossos conhecimentos sociolingüísticos atuais invalidam totalmente a hipótese de um dialeto

evoluir globalmente nom só de modo divergente à língua teito, mas de modo convergente à do Estado vizinho. Poderá ter-se mantido em menor ou maior medida, mas nom evoluído. Entom, qual é a razom para classificar de modo diferente dous dialetos, um como galego e outro como português, se provavelmente ambos compartilham a mesma origem? Evidentemente, porque num deles (Almedilha) a filiaçom portuguesa continua a ser evidente para os seus próprios habitantes e noutro (Xalma) nom, de maneira que, para a construçom da tese do «galego da Serra de Gata» era preciso ignorar que a língua daquela localidade salmantina poderia compartilhar a mesma origem que a da cacerenha³².

Por isso, nom é estranho que a filóloga portuguesa, no último artigo publicado sobre o assunto, se demarcasse das teorias que pretendiam assentar, de entre outras, na sua obra: «[...] se desejarmos situar-nos no rigoroso âmbito da “explicação histórica” desses dialetos até ao momento proposta e que atrás evocamos, não consideramos cientificamente admissível a afirmação da sua galeguidade lingüística. Aliás, e enquanto não for feita a história desses dialetos do Noroeste da Estremadura, a sua vinculaçom deve ser estabelecida com o galego-português medieval e não com o galego e o português actuais.» [Em clara referência aos estudos de Henrique Costas e Fernández Rei.] Maia (2000: 83)

Conclusom lingüística

A construçom da teoria lingüística que demonstraria a origem galega dos falares de Xalma é paralela à histórica e com ela poderia elaborar-se umha verdadeira tese sobre como, através da dialetologia, se pode demonstrar absolutamente todo, isto é, umha cousa e exatamente a contrária. Os seus patrocinadores, nomeadamente o filólogo viguês Xosé Henrique Costas, utilizam um apanhado de materiais lingüísticos para aproximar estes falares estremenhos do galego, ora «oficial» ora dialetal segundo convinher. Ao mesmo tempo, esquecem-se do português e do castelhano quando nom vam ao encontro das suas teses.

Nom é nosso objetivo neste trabalho estudar os argumentos lingüísticos postos em abono da «galeguidade» do falar de Xalma, assunto sobre o qual nos debruçaremos num próximo trabalho. Porém, como conclusom a este estudo, queremos apenas mostrar como, da mesma maneira que na elaboraçom da tese histórica da repovoaçom galega, o rigor também estivo ausente dos trabalhos que defendêrom a «galeguidade» idiomática daquelas terras. Para prová-la, a maioria dos artigos consultados tivêrom de esquecer vocabulário bem português ao qual dificilmente se poderá atribuir génese galega – *gafanhoto, ginja, menina...*– e contornar traços morfológicos e fonéticos portugueses de presença marginal na Galiza –*dois, luta*, pronúncia das consoantes sonoras–, realçando a ocorrência de vestígios de «galego» onde nom havia mais que preservaçom de antigas formas galego-portuguesas –tanto galegas como portuguesas–: *poupa*, certos pares dialetais como *doninha-denzinha*, ausência de [v], *vinhera, aveia* por *aveia...* todos eles presentes em diferentes variedades dialetais ou padrons do atual português lusitano.

Prova deste malabarismo lingüístico pode ser o seguinte quadro:

³². Nom obstante, como demonstram os materiais fornecidos polo documentário *Entre Línguas* (2010; vid. nota 11), a fala dos almedilhenses é hoje em dia dificilmente distinguível do galego mais rural, e os seus habitantes, manifestando falarem português, mal conseguem distinguir as falas galegas e portuguesas. Repare-se sobretudo nas entrevistas em que descrevem encontros quer com galegos quer com portugueses fora da localidade.

ÉTIMO	GALEGO	VALEGO	PORTUG.	ASTUR.	CASTELÁN
MULTU	Moito ~ muito ~ mutio ~ mutio	mutu	muito	munchu	mucho
CULTELLU	Coitelo ~ cuitelo ~ cutelo ~ cutielo	cutelo	cutelo	Cuchiellu ~ cutsiellu	cuchillo
LUCTA TRUCTA	Loita ~ luita ~ luta ~ troita ~ truita ~ truta	luta (~loita) truta	luta truta	lucha trucha ~ trutsa	lucha trucha
NOCTE OCTO	Noite ~ nuite ~ oito ~ uito	noiti oitu	noite oito	Nueche ~ nuetse~ ocho	noche ocho

Ele é só um exemplo da linha explicativa seguida em numerosos artigos divulgativos e também especializados sobre o tema³³. A descrição contrastiva das falas de Xalma em relação às vizinhas combina diferentes modalidades de galego e de «valego»³⁴ –por mais marginais que sejam– em confronto com unicamente as variedades padrom do português e do castelhano. Desta maneira, fai-se coincidir aquilo que interessa e obvia-se o que nom é conveniente para provar a origem galega do dialeto. Como os traços nom coincidam com o português padrom –e nom com o galego maioritário ou «oficial»– fai-se notar a relação com algum dialeto local, sobretudo com «as Portelas de Zamora» –regiom de onde proviriam os colonos no relato isolacionista–, pequena comarca onde curiosamente existem várias localidades que fôrom portuguesas até 1640.

Sem se ter dito todo ainda, muito já se tem escrito sobre a origem da língua destas privilegiadas terras estremenhas. Na nossa opinião, ela nom pode ser desvinculada da história dos outros quatro enclaves fronteiriços de falas galego-portuguesas que sobrevivem ao longo da fronteira luso-espanhola. Ou o que é o mesmo, o Estado vizinho, Portugal, nom pode ser afastado de umha explicação razoável ao fenómeno de Xalma. A proximidade lingüística global entre os falares da regiom de Xalma –e a de Almedilha, Ferreira ou Calabor– e o galego contemporâneo, prova, neste sentido, que o contacto do galego-português histórico com umha mesma língua teito, o espanhol, fai com que dialetos afastados geograficamente acabem por verificar evoluções mui semelhantes, chegando mesmo a confundir-se à medida que a proximidade com o castelhano é maior. Fenómenos semelhantes repetem-se um pouco por todas as fronteiras, e é esta a principal razão para nom se descartar umha hipótese que nas últimas décadas tem sido obviada, especialmente na Galiza, em prol de teses de carácter especulativo com grandes doses de pré-elaboração.

BIBLIOGRAFIA

Alén do Val, Asociación Cultural (2004): *Fala e Cultura d'Os Tres Lugaris. Valverde do Fresno, As Ellas, San Martín de Trebello (Cáceres)*. Noia: Editorial Toxosoutos.

Varela Aveledo, João José: “Os outros galegos do documentário *Entre Línguas*”. Artigo

³³. Extraído do volume *Fala e Cultura d'os Tres Lugaris*, da autoria da Asociación Cultural Alén do Val (2004), ente formado por ex-alunos de Xosé Henrique Costas González, que por sua vez atuou como coordenador do trabalho de investigação e redator da parte lingüística em que foi inserido este e outros quadros semelhantes.

³⁴. A semelhança fónica com «galego» da forma inventada «valego», usada por Alén do Val (2004) a proposta de Xosé Henrique Costas para abranger as três variedades lingüísticas da regiom de Xalma, nom será inocente.

de próxima publicación. Santiago de Compostela, Galiza.

Aveledo, João; Eduardo Sanches Maragoto; Vanessa Vila Verde Lamas (2010)
(Realización): *Entre Línguas* (30 min.)

Azevedo, R. Pinto de (1981): «A Ordem militar de S. Julião do Pereiro, depois chamada de Alcântara». Em: *Actas del Congreso Internacional Hispano-Portugués “Las Órdenes Militares en la península durante la Edad Media”*. Madrid-Barcelona: CSIC, 713-730.

Barrios García, A. (1985): «Repoblación de la zona meridional del Duero, fases de ocupación, procedencias y distribución espacial de los grupos repobladores». Em: *Studia Histórica*, Vol. II-2, 33-82.

Carrasco González, Juan (2000): «Las hablas de Jálama entre los dialectos fronterizos extremeños». Em: Salvador Plans et alii (coords.): *Actas del I congreso sobre A Fala. Estudios y documentos sobre A Fala*, Tomo IV. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 143-156.

Cintra, L.F. Lindley (1959): *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Costas González, Xosé Henrique (1992a): «Notas sociolingüísticas sobre os falares “galegos” da Ribeira Trevellana (Cáceres)». Em: *A Trabe de Ouro* 11, 409-417.

— (1992b): «Breve caracterización das falas (fundamentalmente galegas) do Val do Río Ellas». Em: *Cadernos de Língua* 6, 85-107.

— (1999?): «Valverdeiro, lagarteiro e mañego, o galego do val do río Ellas (Cáceres)». Na Internet, resumo de outro traballo presentado na Facultade de Filología da USC em março de 1994. (<http://vello.vieiros.com/galegoexterior/costas.html>).

— (1999): «Valverdeiro, lagarteiro e mañego: o “galego” do val do río Ellas (Cáceres)». Em: Fernández Rei, Francisco; Antón Santamarina Fernández (eds.): *Estudios de sociolingüística románica: linguas e variedades minorizadas*. Santiago de Compostela: Servicio de publicacións e intercambio científico. Universidade de Santiago de Compostela, 83-106.

— (2000a): «Aspectos sociolingüísticos das falas do Val do Río Ellas». Em: Salvador Plans et alii (coords.): *Actas del I congreso sobre A Fala. Estudios y documentos sobre A Fala*, Tomo IV. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 93-106.

— (2000b): «Tipoloxía das falas do Val do Río Ellas». Em: *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, 98-111.

— (2004): «Historia e toponimia do val do río Ellas». Em: *(Dis)cursos da escrita. Estudos de filoloxía galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza*. Instituto da Língua Galega, 81-99.

Fernández Rei, Francisco (2000): «As falas do Xálama e a súa relación coa lingua galega. Notas sobre o “descubremiento” do “galego” de Cáceres». Em: Salvador Plans et alii (coords.): *Actas del I congreso sobre A Fala. Estudios y documentos sobre A Fala*, Tomo IV. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 107-141.

Fink, O. (1929): *Studien über die Mundarten der Sierra de Gata*. Hamburgo.

Frias Conde, F.X. (1997): «Sobre os bloques dialectais do galego: unha nova proposta». Em: *Revista de Filología Románica* 14, Vol. 1, 241-256.

García Oliva, María Dolores (2000): «En torno al pasado medieval de la Transierra occidental». Em: Salvador Plans et alii (coords.): *Actas del I congreso sobre A Fala. Estudios y documentos sobre A Fala*, Tomo IV. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 29-50.

Gargallo Gil, José Henrique (1999): *Las hablas de San Martín de Trevejo, Eljas y Valverde del Fresno. Trilogía de los tres lugares*. Estudios y Documentos sobre A Fala, Tomo I. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

— (2000): «¿Se habla gallego en Extremadura?». Em: Salvador Plans et alii (coords.): *Actas del I congreso sobre A Fala. Estudios y documentos sobre A Fala*, Tomo IV. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 51-74.

Herculano, Alexandre (1980): *História de Portugal*. Amadora

Lapesa Melgar, Rafael (1942): *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Escelicer.

Leite de Vasconcelos, J. (1927): «Linguagem de San Martín de Trevejo (Cáceres-Espanha)». Em: *Revista Lusitana* 31, 166-275.

López Carreira, Anselmo (1999): *A Cidade Medieval Galega*. Vigo: Edicións A Nosa Terra, Promocións Culturais Galegas.

— (2005): *O reino medieval de Galicia*. Vigo: Edicións A Nosa Terra, Promocións Culturais Galegas.

Maia, Clarinda de Azevedo (1977): *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Almedilla*. Coimbra: Suplemento IV da Revista Portuguesa de Filologia.

— (1986) *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do séc. XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica

— (2000): «Os dialectos de Xalma: problemática e perspectivas de pesquisa». Em: Salvador Plans et alii (coords.): *Actas del I congreso sobre A Fala. Estudios y documentos sobre A Fala*, Tomo IV. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 77-91.

Mariño Paz, Ramón (1998): *Historia da lingua galega*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco.

Martín Galindo, José Luís (1999): *A fala de Xálama. O falar fronteirizo de Eljas, San Martín de Trevejo y Valverde*. Estudios y Documentos sobre A Fala, Tomo II. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

Menéndez Pidal, R. (1960): *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. T. I. Madrid: Gredos, 50-52.

Pires, Célio Rodinho (2005): *A Guarda. No Caminho do Estremo*. Viseu: autoedição.

Sánchez-Albornoz, C. (1966): *Despoblación y repoblación del Valle del Duero*. Buenos Aires.

Sartal Lorenzo, Miguel A. (2007): «A fala d'Os tres Lugaris (Cáceres). Conservación e Identidade» Em: *A Trabe de Ouro* 70, 251-268.

Ribeiro, Orlando (1987): «Formação de Portugal». Em: *A Formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 19-62.

Vilhena, Maria da Conceição (2000): *Falares de Herrera e Cedillo*. Mérida: Junta de Extremadura.

Zamora Vicente, Alonso (1960): *Dialectología Española*. Madrid: (Biblioteca Románica Hispánica, Manuales, 8) Editorial Gredos.